

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ RUPP KAVANAGH

A IGUALDADE COMO VIRTUDE SOBERANA SEGUNDO RONALD DWORKIN

CURITIBA

2008

BEATRIZ RUPP KAVANAGH

A IGUALDADE COMO VIRTUDE SOBERANA SEGUNDO RONALD DWORKIN

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de bacharel no Curso
de Direito, Setor de Ciências Jurídicas e
Sociais, Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Karam de Chueiri

CURITIBA

2008

AGRADECIMENTOS

À professora Vera, pela inspiração, pela dedicação e pelo exemplo.

A minha mãe, pelas inúmeras leituras críticas.

A meu pai, pelo auxílio na editoração do texto.

A minha irmã, pela paciência e atenção na busca de falhas de redação.

A Joanna, pelo companheirismo e pelo apoio constante.

A todos os amigos, próximos ou distantes, pelo incentivo.

RESUMO

No presente trabalho, expõem-se os traços principais da teoria de igualdade de Ronald Dworkin, desenvolvida em sua recente obra *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade* (2000). Inicia-se com a exposição das razões que, segundo Dworkin, fazem da igualdade a mais importante virtude de um Estado. Em seguida, são descritos os argumentos apresentados pelo autor para justificar a rejeição das concepções igualitárias de bem-estar, bem como a defesa da igualdade de recursos. Descrevem-se, então, as principais características do modelo de igualdade proposto por Dworkin, fundado em um leilão imaginário dos recursos existentes e em um mercado hipotético de seguros. Apresentam-se, ainda, as teses do autor acerca da inexistência de conflito entre a igualdade de recursos e a liberdade individual, e em defesa da democracia como único sistema político adequado a uma sociedade que se pretenda igualitária. Finalmente, apontam-se algumas considerações de outros autores sobre a teoria em questão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. A VIRTUDE SOBERANA.....	7
2.1. POR QUE A IGUALDADE É DESEJÁVEL?	7
2.2. IGUALDADE DE QUÊ?	10
2.3. A ILHA DESERTA: O MODELO DE DWORKIN.....	17
3. ALÉM DOS RECURSOS: OUTROS ASPECTOS DA IGUALDADE.....	25
3.1. IGUALDADE E LIBERDADE	25
3.2. IGUALDADE E DEMOCRACIA	37
4. CONSIDERAÇÕES DE OUTROS AUTORES	44
5. CONCLUSÃO	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

A busca de um adequado conceito de igualdade tem sido uma preocupação constante para filósofos, políticos e juristas há vários séculos. Responder à indagação sobre qual é a dimensão em que se deve procurar equiparar as pessoas é uma tarefa mais difícil do que pode parecer à primeira vista, e concepções distintas de igualdade vêm sendo defendidas com bastante fervor, como a igualdade de bem-estar, a de oportunidades e a de recursos.

Partidário desta última corrente é o filósofo e professor Ronald Dworkin, norte-americano, nascido em 1931 e que atualmente leciona na *New York University School of Law* e na *University College London*. Mundialmente conhecido graças a suas contribuições à filosofia política e do direito, expostas em obras aclamadas, como *Levando os direitos a sério* (1977), *Uma questão de princípio* (1985), *O império do direito* (1986) e *O direito da liberdade* (1996), Dworkin acredita que a igual consideração dos cidadãos é a maior qualidade que pode exibir o Estado e também um elemento indispensável para que determinado governo possa ser tido como legítimo.

A teoria da igualdade de Dworkin foi desenvolvida pelo professor em um de seus trabalhos mais recentes, *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade* (2000). Ao longo da obra, justifica a defesa da igualdade como ideal político máximo, bem como sua opção pela igualdade de recursos em detrimento de outras concepções de igualdade, especialmente a de bem-estar. Descreve, ainda, os parâmetros a serem observados a fim de que se atinja a distribuição igualitária dos recursos entre os membros de uma comunidade, estendendo o alcance de sua proposta inclusive à esfera política. Para Dworkin, a verdadeira igualdade só existe em um ambiente democrático e em que as liberdades individuais sejam minimamente restritas.

O objetivo do presente trabalho é descrever os traços principais da teoria em questão, apresentando uma síntese dos argumentos utilizados por Dworkin em sua defesa. No primeiro capítulo, trataremos do modelo de igualdade proposto pelo autor, começando por uma breve exposição acerca da importância da igualdade para Dworkin, tema da primeira seção. Em seguida, exporemos as razões levantadas pelo professor como justificativa para a rejeição das concepções de

igualdade que tomam por critério de equiparação o bem-estar individual. A terceira seção terá por objeto o modelo de distribuição igualitária de recursos proposto por Dworkin, baseado em um leilão imaginário de todos os recursos materiais disponíveis entre os membros da comunidade. No segundo capítulo, discutiremos a relação existente, para o autor norte-americano, entre sua teoria da igualdade e os temas da liberdade e da igualdade política. A primeira seção desse capítulo será dedicada à análise de eventuais conflitos entre a igualdade de recursos e a liberdade individual dos membros da comunidade, e a segunda seção, à defesa da democracia como sistema político adequado a qualquer sociedade que se pretenda igualitária. Finalmente, no terceiro capítulo, faremos alguns apontamentos a respeito de críticas tecidas por outros autores acerca da teoria de igualdade de Dworkin.

2. A VIRTUDE SOBERANA

2.1. POR QUE A IGUALDADE É DESEJÁVEL?

Ao longo de toda a primeira parte de sua obra *A virtude soberana* (2000), Ronald Dworkin busca convencer o leitor de que a igualdade é a maior qualidade que os Estados podem exhibir, o valor supremo a ser perseguido pelo poder público e pela sociedade civil. Procura, ainda, analisar quais os principais problemas práticos que se apresentam na persecução deste ideal e sugerir mecanismos capazes de contribuir para sua concretização.

Contudo, antes de adentrar sua teoria sobre a implantação de um sistema igualitário, o professor norte-americano dedica algumas páginas da introdução do livro ao desafio de responder à pergunta que intitula esta seção: por que a igualdade é desejável?

A resposta dada por Dworkin é que a igualdade é fundamental para que qualquer forma de governo possa ser tida como legítima. Um sistema político em que todos os indivíduos não sejam igualmente considerados pelo governo a que estão submetidos não é legítimo, mas tirânico:

Podemos dar as costas à igualdade? Nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirme seu domínio e aos quais reivindique fidelidade. A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política – sem ela o governo não passa de tirania¹.

Ora, é evidente que o Estado não pode exigir de todos os cidadãos o mesmo grau de submissão às suas normas, se, como contrapartida, não tratar a todos de maneira igualitária. Assim, para Dworkin, a igualdade é condição necessária, ainda que não suficiente, à legitimidade do poder político.

A comunidade política que exerce domínio sobre seus próprios cidadãos, e lhes exige fidelidade e obediência às leis, deve adotar uma postura imparcial, objetiva, com relação a eles, e cada um de seus cidadãos deve

¹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. IX.

votar, e seus representantes devem promulgar leis e elaborar políticas governamentais, com essa responsabilidade em mente. Como já disse, a igual consideração é a virtude especial e indispensável dos soberanos.²

Também em *O império do direito*, a necessidade de igual consideração e respeito de todas as vidas pelo Estado já havia sido defendida pelo autor: “O governo tem a responsabilidade abstrata de tratar o destino de cada cidadão com a mesma importância”³.

O ideal de igualdade, da forma como o concebe Dworkin, possui dois desdobramentos, que, afirma, concentram a essência de sua teoria sobre esse tema. O primeiro deles é o princípio da igual importância, que consiste no dever de buscar o sucesso da vida de todas as pessoas, sem distinções. Isso não significa, esclarece o autor, que todos os indivíduos devam ser tomados como igualmente dotados de características boas e más, mas, isto sim, que se deve buscar o aproveitamento de todas as vidas, concedendo-lhes igual atenção e respeito, de maneira a não privilegiar algumas em detrimento de outras:

O princípio da igual importância não afirma que os seres humanos em nada são iguais: não que sejam igualmente racionais ou bons, ou que as vidas que geram sejam igualmente valiosas. A igualdade em questão não se vincula a nenhuma propriedade da pessoa, mas à importância de que sua vida tenha algum resultado, em vez de ser desperdiçada.⁴

O segundo princípio a ser observado pelas sociedades que se pretendam igualitárias é o da responsabilidade especial: os indivíduos devem assumir as consequências das escolhas que fazem no decorrer de suas vidas. O sistema de distribuição de riquezas deve ser elaborado de modo que as opções pessoais reflitam nos resultados atingidos pelos indivíduos. Isso justifica, por exemplo, que aqueles que optarem por não trabalhar obtenham rendimento menor do que os que exercerem alguma forma de trabalho.

A igualdade absoluta e indiscriminada não é apenas um valor político fraco, ou um valor que seja facilmente sobrepujado por outros valores. Não é de modo algum um valor: não há nada que se possa dizer em defesa de um

² DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. XVI.

³ DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. p. 356.

⁴ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. XV.

mundo no qual aqueles que optam pelo ócio, embora pudessem trabalhar, são recompensados com o produto dos trabalhadores.⁵

Dessa forma, resta evidente que a igualdade pretendida por Dworkin não é cega à multiplicidade de estilos de vida possíveis e existentes. Não se trata, simplesmente, de somar tudo o que é produzido pela sociedade e dividir o resultado pelo número de membros, conferindo a todos parcelas idênticas. Para o autor, essa proposta, muitas vezes identificada com a chamada “velha esquerda”, é desigual e injustificável. Trata-se, isto sim, de estruturar a sociedade de forma que todos os cidadãos, igualmente considerados pelo Estado, possam perceber, ao longo de sua vida, o resultado de suas escolhas individuais. A mesma consideração foi feita por Dworkin em *Uma questão de princípio*:

Suponha que duas pessoas tenham contas bancárias muito diferentes, no meio de suas carreiras, porque uma decidiu não trabalhar, ou não trabalhar no emprego mais lucrativo que poderia ter encontrado, ao passo que a outra trabalhou unicamente por ganho. Ou porque uma tomou para si um trabalho cheio de responsabilidade ou exigências especiais, por exemplo, que a outra recusou. Ou porque uma assumiu mais riscos, que poderiam ter sido desastrosos mas que, na verdade, foram bem sucedidos, ao passo que a outra investiu de maneira conservadora. O princípio de que as pessoas devem ser tratadas como iguais não oferece nenhuma boa razão para a redistribuição nessas circunstâncias; pelo contrário, oferece uma boa razão *contra* ela.⁶

Feitos esses esclarecimentos iniciais acerca dos traços essenciais da igualdade segundo Ronald Dworkin, trataremos, na seção seguinte, de expor as conclusões obtidas pelo autor em sua investigação sobre quais os aspectos em que os indivíduos devem se igualar, isto é, qual o fator de equiparação a ser observado pelas sociedades, a fim de que se alcance a verdadeira igualdade entre seus cidadãos.

⁵ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. X.

⁶ DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 307.

2.2. IGUALDADE DE QUÊ?

Após sua breve explanação sobre a importância da igualdade, Dworkin passa a analisar diferentes critérios segundo os quais os cidadãos podem ser considerados iguais ou não. Interessa-lhe, nesse ponto, descobrir que espécie de igualdade é mais interessante como ideal político. Para tanto, toma por objeto aquelas que considera como principais vertentes da teoria da igualdade distributiva: a de bem-estar e a de recursos.

Dworkin descreve o conjunto das teorias de igualdade de bem-estar como sendo aquele que defende que *“o esquema distributivo trata as pessoas como iguais quando distribui ou transfere recursos entre elas até que nenhuma transferência adicional possa deixá-las mais iguais em bem-estar”*⁷.

À primeira vista, a proposta parece bastante atraente, haja vista que busca uma distribuição tal que torne todas as vidas igualmente desejáveis pelos indivíduos. No entanto, alguns obstáculos se apresentam desde logo: além da grande dificuldade de comparar os níveis de bem-estar das pessoas, o próprio conceito de bem-estar é impreciso. Dworkin cita as teorias bem-sucedidas do bem-estar (assim chamadas porque o conceituam como sucesso ou êxito na satisfação de preferências⁸), as que, por outro lado, o definem como estado de consciência (dentre as quais se situam as concepções utilitaristas de “prazer” e “dor”) e, finalmente, as teorias que chama de objetivas.

Ademais, explica o autor que as teorias da igualdade de bem-estar podem ser restritas ou irrestritas, de acordo com as espécies de preferências que abrangem. O exemplo de que se utiliza permite perceber facilmente as dificuldades que se apresentam na elaboração de uma teoria da igualdade de bem-estar:

Suponhamos, por exemplo, que um homem razoavelmente abastado tenha alguns filhos, um dos quais é cego, outro é um *playboy* com preferências dispendiosas, um terceiro tem pretensões políticas com aspirações dispendiosas, outro é um poeta com necessidades humildes, outro é um escultor que trabalha com material caro etc. Como ele deve elaborar seu testamento?⁹

⁷ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 4.

⁸ *Ibid.*, p. 11.

⁹ *Ibid.*, p. 5.

Dentro do universo das teorias que defendem o bem-estar como critério de equiparação entre os indivíduos, podemos encontrar algumas que defendem que, no exemplo acima, apenas o filho cego deve ser privilegiado pelo testamento, haja vista que sofre de uma deficiência física em relação aos demais; outras que afirmam que também o escultor deve ser beneficiado em razão do alto custo da matéria-prima de que necessita para trabalhar; e outras, ainda, segundo as quais todas as preferências, qualquer que seja sua natureza, devem ser levadas em conta para fins de distribuição da riqueza familiar.

Contudo, em muitas situações práticas, o limite entre o mero gosto e a predisposição intrínseca a algo é bastante tênue, de difícil identificação, como no caso do filho dotado de pretensões políticas. Assim, considerando a extrema dificuldade em determinar quais preferências devem ser relevantes para a distribuição, Dworkin conclui que só é possível elaborar uma teoria interessante do bem-estar se nela estiverem compreendidas as preferências de qualquer origem, tomando-se o bem-estar individual como um todo.

Embora o autor defenda a importância da idéia de bem-estar em muitos contextos, afirma que este não deve ser tomado como o fator principal de uma teoria da igualdade. Explica que, embora seja conveniente que as pessoas atinjam graus semelhantes de bem-estar, não é nesse aspecto que mais importa igualá-las.

Não pretendo afirmar que a idéia do bem-estar essencial, como conceito que admite diversas concepções, seja bobagem (...). Pelo contrário, acho que a idéia, pelo menos conforme definida por certos contextos, é importante, e que a questão sobre onde está o bem-estar essencial da pessoa, quando apropriadamente formulada, às vezes é, naqueles contextos, uma questão de profunda importância. Nem acho que a conclusão seja que as pessoas não devam se igualar em alguma concepção de bem-estar, que essa seja uma concepção pobre de bem-estar (definida como bem-estar essencial). Pretendo, no entanto, negar algo semelhante à afirmação contrária: que se existe uma boa concepção de bem-estar, segue-se que as pessoas devem igualar-se no bem-estar assim concebido. Isso não acontece.¹⁰

Para justificar tal conclusão, Dworkin analisa a viabilidade da aplicação das diversas teorias da igualdade de bem-estar, começando pela teoria da igualdade de êxito na satisfação de preferências, que podem ser de três espécies: políticas

¹⁰ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 16.

(referentes à forma de distribuição dos recursos na sociedade), impessoais (relativas a outras pessoas ou a bens que não pertencem ao indivíduo em questão) ou pessoais (atinentes à vida da própria pessoa).

A consideração das preferências políticas individuais para efeito de distribuição igualitária de riquezas apresenta um problema evidente: nas sociedades reais, os cidadãos defendem as mais diversas opiniões a respeito do modelo político ideal, sendo impossível contentar simultaneamente a todos. Isso implicaria, em um sistema de igualdade de bem-estar baseado em preferências irrestritas (isto é, que considere, para fins de distribuição de recursos, as três espécies de preferências acima referidas), que os descontentes com o sistema político vigente deveriam ser compensados em outras esferas, o que não é, de modo algum, desejável. Acaso parece defensável a tese de que um indivíduo racista, se membro de uma sociedade em que impere a igualdade racial, deva ser por este motivo beneficiado com mais recursos do que aqueles que defendam a igualdade? Ou de que os indivíduos que se mostram satisfeitos com as políticas assistenciais do governo devam, em razão dessa condição, receber menos recursos do que os egoístas, para quem nada importa o desenvolvimento dos demais cidadãos?

Quanto às preferências políticas, Dworkin observa ainda que, mesmo que fosse possível uma sociedade em que estas fossem comuns a todos os indivíduos, não haveria sentido em considerá-las para fins de distribuição, haja vista que se trataria, nessa hipótese, de discutir apenas as demais preferências, impessoais e pessoais.

Considerações semelhantes podem ser tecidas a respeito das preferências impessoais dos indivíduos. Não é possível sustentar que uma pessoa com preferências impessoais excêntricas seja agraciada com mais recursos, apenas devido à frustração destas. Os exemplos citados por Dworkin evidenciam o caráter absurdo de um sistema de distribuição que considere as preferências impessoais como componente do bem-estar individual:

Suponhamos que Carlos tenha uma esperança profunda de que seja descoberta vida em Marte, ou que o Grande Romance Americano seja escrito enquanto ele estiver vivo, ou que o mar pare de erodir a costa de Martha's Vineyard, como continua a fazer inevitavelmente. A igualdade não requer que se tirem verbas de outros, com esperanças mais fáceis de realização, e que sejam transferidas para Carlos de modo que ele possa, ao

satisfazer suas preferências, reduzir a desigualdade geral à medida que suas preferências não-políticas sejam satisfeitas.¹¹

Resta considerar, portanto, as preferências estritamente pessoais como relevantes para a distribuição das riquezas em um sistema de igualdade de bem-estar.

Nesse ponto, Dworkin esclarece que o que interessa comparar é o êxito total das pessoas (definido como “o valor que alguém atribui à própria vida”¹², com base nas convicções filosóficas individuais), e não o êxito relativo (sucesso em atingir, ao longo da vida, as metas previamente estabelecidas pelo indivíduo). A explicação para isso é que apenas aquele conceito de êxito relaciona-se ao verdadeiro bem-estar individual. Quanto ao segundo, basta pensar que as pessoas tendem a escolher, por exemplo, profissões mais humildes do que as que realmente desejam, apenas para lograr êxito em algo, o que não justifica que um cidadão que decida dessa forma receba menos recursos do que outro, que opte por uma atividade mais audaciosa.

Porém, tampouco a teoria da igualdade de êxito total se mostra atraente como meta política, o que se explica pelo fato de que diferentes convicções filosóficas fazem com que indivíduos que levam vidas bastante semelhantes atribuam a estas valores muito diferentes. O exemplo utilizado por Dworkin é o de duas pessoas igualmente bem-sucedidas, que, devido a diferentes concepções a respeito do que é uma vida valiosa (o primeiro reconhece grande valor em quase todas as vidas, enquanto a segunda, em quase nenhuma), julgam suas próprias vidas de muito e de pouco valor, respectivamente:

Admitamos que Jack e Jill possuam recursos iguais e que também se assemelhem bastante, menos com relação às convicções que mencionarei. Ambos são saudáveis, não deficientes, razoavelmente bem-sucedidos nas ocupações escolhidas e nenhum dos dois tem um talento ou uma criatividade excepcional. A vida cotidiana lhes proporciona mais ou menos a mesma satisfação. Mas Jack (que recebeu forte influência da pintura de gênero) acha que qualquer vida comum dedicada a projetos é uma vida de valor, ao passo que Jill (talvez porque sofreu muita influência de Nietzsche) é muito mais exigente. Jack pensa, por exemplo, que a vida de um camponês muito esforçado, que realiza muito pouco e não deixa nada de herança está repleta de valor, ao passo que Jill acha que tal vida está

¹¹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 23.

¹² *Ibid.*, p. 30.

repleta apenas de fracassos. Se pedem a cada um que avalie o valor total de sua própria vida, Jack dará uma nota alta e Jill uma nota baixa.¹³

Para o autor, na situação descrita acima, nenhuma teoria sensata de igualdade distributiva recomendaria a transferência de recursos de Jack para Jill, com fundamento no menor valor atribuído por esta a sua vida. Não há nada que justifique a recompensa de Jill apenas por defender critérios valorativos mais rígidos do que os de Jack.

Por outro lado, tampouco parece razoável, em nome da igualdade de êxito total, conceder mais recursos a alguém cujo bem-estar só possa ser alcançado se dispuser de uma fração exorbitante dos recursos totais.

Dworkin sugere, então, a possibilidade de uma teoria da igualdade de êxito total que considere, para a distribuição, apenas as lástimas “razoáveis” dos indivíduos. Adverte, no entanto, que o estabelecimento de um critério de razoabilidade pressupõe um juízo prévio acerca do que é a justiça distributiva, isto é, de qual é a parcela a que cada um teria direito e que, caso não recebida, tornaria sua reclamação razoável. Tal juízo poderia ser dado, por exemplo, pela idéia de que todos devem, a princípio, receber recursos iguais. Contudo, isso contraria a própria essência do ideal de igualdade de êxito total.

Não se pode estabelecer de modo algum a igualdade de êxito total como ideal atraente sem tornar central a idéia da lástima razoável. Todavia, essa idéia requer uma teoria independente das parcelas justas de recursos sociais (essa poderia ser, por exemplo, a teoria de que todos têm direito a uma parcela igual dos recursos) que contradiria a igualdade de êxito total, não apenas em alguns casos, mas completamente.¹⁴

Conclui-se, desta forma, que a teoria da igualdade de êxito total não se presta à concretização da igualdade distributiva em uma sociedade.

O segundo grupo de teorias acerca do bem-estar, referido acima, é o das teorias que o definem como estado de consciência, chamado por Dworkin, genericamente, de estado de satisfação ou insatisfação. Além das mesmas críticas feitas às teorias do êxito, cabe observar, em relação a este conjunto de teorias, que se baseiam em uma premissa equivocada: a de que todas as pessoas buscam satisfação em suas vidas. Dworkin cita o exemplo dos cientistas atormentados pela

¹³ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 37.

¹⁴ *Ibid.*, p. 42.

necessidade de avançar em suas pesquisas, os quais, devido a um talento que, se pudessem escolher, talvez preferissem não ter, optam por dedicar sua vida a um trabalho que não necessariamente lhes traz satisfação.

Finalmente, o terceiro grupo é o das chamadas teorias objetivas do bem-estar, que o definem não a partir do julgamento subjetivo de cada indivíduo a respeito de sua vida, mas de critérios pré-estabelecidos acerca dos elementos que permitiriam avaliar o grau de bem-estar de cada pessoa, como saúde, educação, independência financeira, entre outros. Esclarece Dworkin que a falha destas teorias é que, assim como a igualdade de êxito, requer uma prévia noção sobre o que é justo conceder a cada indivíduo: saúde, educação etc. Embora suponham igualar os indivíduos em bem-estar, tais teorias defendem, isto sim, sua igualdade de recursos.

Dworkin enfatiza, ainda, que nenhuma das teorias de igualdade de bem-estar consegue resolver o problema dos gostos dispendiosos. Para demonstrar as dificuldades de lidar com estas preferências, supõe a existência de uma sociedade em que, através de sucessivas distribuições, se tenha chegado a um estado de igualdade de bem-estar. Um dos cidadãos, que já vinha recebendo uma fração dos recursos totais superior à recebida pela média dos demais, adquire, então, o gosto pela prática de um esporte dispendioso, que, se não cultivado, lhe provocaria grande frustração. Embora não pareça razoável defender a retirada de recursos dos demais indivíduos apenas para satisfazer a preferência daquele, a transferência seria necessária, a fim de igualar novamente o bem-estar dos membros dessa sociedade. Qualquer opinião diversa contradiria o próprio ideal da igualdade de bem-estar, como afirma Dworkin:

Se uma pessoa começa ansiosa por defender alguma versão ou concepção de igualdade de bem-estar, mas também deseja resistir à consequência de que os que cultivam gostos dispendiosos devam ter mais, chegará, no fim das contas, a uma teoria da igualdade bem diferente.¹⁵

No entanto, imaginemos que, no estado anterior de igualdade de bem-estar, a quantidade de recursos atribuída àquele indivíduo fosse muito menor do que a concedida ao restante dos cidadãos e que, ainda que se lhe transferissem mais recursos para satisfazer a nova preferência, o total recebido por ele continuasse bastante inferior à soma concedida a cada um dos demais. Acrescente-se, ainda,

¹⁵ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 69.

que a nova transferência tornaria o bem-estar do indivíduo em questão superior ao dos demais. Acaso parece injusta a transferência adicional?

O fato de nos parecer razoável a transferência no segundo caso, mas não no primeiro, é explicado pela diferença de que, enquanto na primeira situação, a parcela de recursos atribuída ao cidadão tornar-se-ia maior do que a igualitária (entendida, aqui, como o resultado da pura divisão dos recursos totais pelo número de indivíduos), na segunda, seria menor do que a parcela igualitária. Isso demonstra que, intuitivamente, o que nos parece justo é a equiparação dos indivíduos em recursos, mais do que em bem-estar.

Dworkin cogita a possibilidade de se estabelecer uma teoria adequada da igualdade tomando-se a teoria do bem-estar apenas em relação aos deficientes, que, a princípio, teriam menos chances de êxito na obtenção de bem-estar do que os demais. Todavia, problemas logo se apresentam. Há casos de deficiência em que, por mais que se realizassem transferências em favor do indivíduo deficiente, este nunca atingiria um grau de bem-estar comparável ao das outras pessoas.

Suponhamos, porém, que a deficiência possa ser solucionada, mediante o emprego de uma enorme quantidade de recursos, aumentando, assim, o bem-estar do deficiente. A promoção do bem-estar deste recomendaria, naturalmente, que se realizasse o investimento em questão. Contudo, como proceder se o indivíduo argumentasse que seu bem-estar teria um acréscimo muito maior se os mesmos recursos fossem empregados em outra esfera de sua vida, e não na solução do problema físico? Negar-lhe a opção seria perverso, enquanto reconhecer-lhe o direito à escolha seria injusto com os cidadãos igualmente pobres em bem-estar. Verifica-se, portanto, que o uso da teoria de igualdade de bem-estar somente para o caso dos deficientes tampouco é interessante.

Toda a argumentação de Dworkin descrita até agora serviu para negar a aparente atração da teoria da igualdade de bem-estar, evidenciando suas incoerências. O professor norte-americano refuta, com isso, toda teoria welferista, inclusive as diversas tendências utilitaristas que, sob pretexto igualitário, defendem alguma função maximizadora de bem-estar como meta política. Como se viu, não é o bem-estar, qualquer que seja seu conceito, o fator de equiparação capaz de promover a verdadeira igualdade entre os membros de uma sociedade, mas sim os recursos distribuídos aos cidadãos. Analisaremos, então, no capítulo seguinte, o modelo de igualdade de recursos descrito por Dworkin, bem como algumas

considerações do autor acerca da viabilidade da concretização de tal modelo nas sociedades contemporâneas.

2.3. A ILHA DESERTA: O MODELO DE DWORKIN

Tomando por desejável como meta política a igualdade de recursos entre os cidadãos, Dworkin procura descrever as condições que devem ser satisfeitas para que tal forma de igualdade seja efetivamente atingida em uma comunidade. Para tanto, sugere que analisemos o seguinte problema: um grupo de náufragos chega a uma ilha até então inóspita e, diante da possibilidade de permanecer ali durante muito tempo, resolve promover a distribuição igualitária dos recursos disponíveis na ilha entre todos os membros. Como deve ser feita a distribuição?

Dworkin propõe que sejam considerados, para o fim de promoção da igualdade, “*todos os recursos que os indivíduos possuam privadamente*”¹⁶ e observa que, para que a distribuição possa ser considerada igualitária, é preciso que, ao fim, nenhum indivíduo prefira a porção atribuída a outrem à sua. Trata-se do chamado *teste de cobiça*.

A princípio, pode-se sugerir, então, a divisão de todos os recursos em parcelas idênticas, tantas quantos fossem os habitantes da ilha. Contudo, essa divisão logo se mostra impossível, haja vista a ínfima probabilidade de que o número de recursos de cada espécie existentes seja múltiplo do número de indivíduos, bem como a impossibilidade de se dividirem determinados recursos (um animal, por exemplo).

Além disso, ainda que fosse possível tal divisão, verifica-se aí uma forma de injustiça que o teste de cobiça não identifica. Embora nenhum indivíduo, após a divisão, pudesse cobiçar a parcela de outro, muitos desejariam ter recebido um conjunto diverso de recursos (exemplo: uma laranja, em vez de cinco maçãs). Pode-se argumentar que trocas sucessivas resolveriam o problema, mas isso deixaria os indivíduos à mercê das preferências dos demais e, em muitos casos, em posse de recursos aos quais não reconhecem valor algum.

¹⁶ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 79.

A sugestão de Dworkin é, então, a realização de um leilão dos bens disponíveis, de que todos os habitantes participem e no qual ingressem com igual poder aquisitivo (no exemplo citado pelo autor, igual número de conchas sem valor intrínseco algum, que serviriam como moeda). O grande mérito do leilão é que cada indivíduo pode formar o conjunto de recursos que mais lhe aprouver, de acordo com suas preferências individuais. Além disso, ao cabo do leilão, ninguém poderá cobiçar a parcela de outrem, pois também poderia tê-la adquirido, se o quisesse.

Porém, se não há dúvidas acerca da eficácia do leilão para a promoção da igualdade na distribuição dos recursos, novos problemas surgem após sua conclusão. Diferenças na capacidade produtiva e até mesmo o fator da sorte fazem com que, em pouco tempo, a desigualdade se estabeleça na comunidade.

No caso específico da sorte, há uma importante distinção a fazer. Existem dois tipos de sorte, segundo Dworkin: a sorte bruta e a sorte por opção. A primeira envolve riscos que não dependem de escolhas individuais, como, por exemplo, a chance de alguém ser atingido por um raio. Já a segunda relaciona-se ao risco que o indivíduo escolhe correr, como acontece com as loterias.

Argumenta Dworkin que eventuais prejuízos decorrentes da sorte por opção não merecem compensação no seio da igualdade de recursos, haja vista que decorrem de escolhas realizadas pelas pessoas. Ninguém há de defender a compensação do prejuízo sofrido por um cidadão que, apostando, perdeu (embora Dworkin admita a possibilidade de, em uma sociedade paternalista, estabelecerem-se limites quanto às apostas).

Por outro lado, também a chamada sorte bruta pode ser objeto de escolha, no caso dos seguros. A fim de minimizar os prejuízos decorrentes da eventual perda da visão, por exemplo, alguém pode comprar um seguro que lhe garanta um prêmio caso o azar bruto em questão se concretize. Argumenta Dworkin que seguros deste tipo também poderiam estar disponíveis no leilão, criando-se, então, um elo entre a sorte bruta e a sorte por opção. Uma vez que o seguro pudesse ser adquirido por todos os habitantes da ilha, não haveria razões que justificassem a posterior compensação do azar bruto de pessoas que optassem por investir suas conchas em outros bens, correndo, assim, o risco.

Dworkin observa que esse mecanismo, chamado de mercado hipotético de seguros, permite resolver a maior parte dos problemas relacionados às deficiências, tema já abordado quando da análise das teorias da igualdade de bem-estar.

Indivíduos mais cautelosos investiriam uma fração maior de seus recursos iniciais em seguros contra o azar bruto, enquanto outros prefeririam correr o risco de um prejuízo maior, em nome da chance de obter um êxito enorme, que certamente não lograriam caso utilizassem suas conchas para a compra do seguro. A igualdade de recursos restaria satisfeita, desta forma, haja vista que todos poderiam, de acordo com suas preferências, fazer a escolha que bem quisessem, respondendo, no futuro, pelas conseqüências das opções feitas.

Alguém poderia, por outro lado, defender a consideração das faculdades físicas como recursos para fins de distribuição, sugerindo a equiparação dos indivíduos nesse aspecto. No entanto, essa proposta se mostra impraticável, haja vista, em primeiro lugar, que as faculdades em si não são passíveis de transferência. Além disso, far-se-ia necessário o estabelecimento de um critério de normalidade, o que também é impossível. Finalmente, a compensação de casos mais graves de deficiência, em que nenhuma transferência adicional de recursos seria suficiente para tornar o indivíduo igual aos demais, recairia no mesmo problema, já observado no capítulo anterior, das transferências infinitas.

Esclarece Dworkin que o que importa, em se tratando das deficiências, não é a desigualdade de faculdades físicas e mentais, mas sim os reflexos dessa desigualdade na capacidade de obtenção de recursos pelos indivíduos:

É uma definição errônea do problema das deficiências dizer que a igualdade de recursos deve lutar o máximo possível para igualar as pessoas na constituição mental e física. O problema é, pelo contrário, determinar até que ponto a propriedade de recursos materiais independentes seria afetada pelas diferenças que existem nas faculdades físicas e mentais, e a resposta da nossa teoria deveria falar com esse vocabulário.¹⁷

Portanto, conclui o autor que a melhor maneira de tratar do problema das deficiências é mesmo através do mercado hipotético de seguros, que, embora incapaz de igualar as pessoas em termos de constituição física e mental, permite a compensação da desigualdade material resultante das diferenças dessa natureza.

Como já dissemos, a diferença na capacidade produtiva dos indivíduos é também um fator que impede a manutenção da igualdade de recursos, passado algum tempo desde o leilão inicial. Não há como negar que o maior talento de

¹⁷ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 100.

alguns para a produção de determinado bem compromete o sucesso de outros que, menos talentosos, optem por se dedicar à mesma atividade. O exemplo citado por Dworkin é o de dois agricultores, Adrian e Claude, que cultivam tomates. O primeiro, dotado de grande habilidade para a agricultura, consegue produzir tomates de maior qualidade. Dessa forma, obtém mais êxito nas vendas do que Claude, ainda que mediante igual consagração ao trabalho. Não há como negar, portanto, que as diferenças de talento entre as pessoas interferem nas economias individuais.

Não é verdade, em primeiro lugar, que quem faz mais com sua parcela inicial não reduz, ao fazê-lo, o valor do que os outros possuem. Se Adrian não fosse tão bem-sucedido na agricultura, o empenho de Claude seria mais recompensado, pois as pessoas comprariam seus produtos inferiores por falta de alternativa. (...) Essas são, simplesmente, as conseqüências mais óbvias do fato de que os imigrantes formam uma única economia, após o leilão inicial, e não um conjunto de economias distintas.¹⁸

Nesse ponto, Dworkin tece uma importante observação a respeito do sistema de igualdade que propõe. Não se trata de buscar a igualdade de oportunidades (estas são iguais para Adrian e Claude, no exemplo acima), mas sim a igualdade de recursos, muito mais difícil de alcançar. Também observa o autor que a igualdade de recursos é diferente da *teoria da justiça da linha de largada*, segundo a qual, desde que o leilão inicial seja igualitário, todas as transferências futuras de recursos entre os indivíduos serão justas. Como se expôs, a mera diferença de talento individual compromete a preservação do estado de igualdade de recursos.

É preciso encontrar, então, uma maneira de fazer com que a distribuição de recursos seja sensível apenas às escolhas, mas não aos talentos individuais. Dworkin sugere a criação de programas educativos que permitam a Claude produzir tomates tão bons quanto os de Adrian, mas não apenas isso. Deve-se instituir um mecanismo de tributação que, através da transferência de recursos daqueles que produzem mais, devido a algum talento superior, aos menos talentosos, faça com que estes deixem de cobiçar os recursos daqueles.

Cabe enfatizar que a tributação deve ter como base a renda auferida pelos indivíduos, e não o patrimônio acumulado por estes (ao menos, não para a solução deste problema), haja vista que a decisão de gastar ou poupar os recursos adquiridos é uma escolha individual. Por outro lado, a renda obtida mediante

¹⁸ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 109.

investimentos financeiros deve ser tributada, pois envolve a uma habilidade (a de investir) que as pessoas possuem em diferentes graus.

O imposto de renda é um dispositivo plausível para essa finalidade, porque deixa intacta a possibilidade de escolher uma vida na qual se fazem sacrifícios constantes e se impõe uma disciplina contínua em nome do êxito financeiro e dos recursos adicionais que traz, embora, é claro, não endosse nem condene tal escolha. Mas também reconhece o papel da sorte genética. A conciliação que esse imposto cria é um compromisso, mas um compromisso entre duas exigências da igualdade.¹⁹

O problema é identificar que fração da renda auferida pelas pessoas se deve a talentos individuais e que fração é devida apenas a escolhas, como, por exemplo, o tempo dedicado ao trabalho. Diante da impossibilidade prática de alcançar tal objetivo, Dworkin propõe que as diferenças de talento entre as pessoas sejam tratadas de maneira semelhante à que se expôs para a solução do problema das deficiências.

Sugere, então, que imaginemos um novo mercado hipotético de seguros, não contra a falta de talento (pois seria difícilimo traçar estimativas a respeito das habilidades individuais, além de que a relação íntima existente entre o talento e as aspirações das pessoas torna impossível prever que nível de seguro cada uma compraria), mas contra a consequência imediata desta: a impossibilidade de atingir a renda desejada.

Para tanto, supõe que um computador, a partir de um completo banco de dados a respeito dos talentos, aspirações, desejos e propensão a arriscar de todas as pessoas que compõem a comunidade, prevê a distribuição dos rendimentos dos habitantes num dado momento após o leilão inicial. A partir da análise do gráfico produzido, mas desconhecendo sua posição no mesmo, os indivíduos poderiam comprar seguros contra a eventual incapacidade de atingir determinado nível de renda. A seguradora pagaria, nessa hipótese, a diferença entre a renda efetivamente obtida e a desejada (nível de cobertura).

A princípio, pode-se pensar que todos comprariam o seguro para o nível máximo de renda. No entanto, tal negócio não seria vantajoso. Como quase ninguém consegue atingir a renda máxima, o preço do seguro para tal nível de cobertura seria altíssimo, muito próximo à própria renda em questão, ou a

¹⁹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 116.

seguradora não ofereceria a proposta. Na prática, aqueles que optassem por esse nível trabalhariam apenas para pagar o seguro. O investimento seria muito grande, para um lucro ínfimo, ainda que muito provável. Por isso, afirma Dworkin que tais segurados se tornariam escravos do seguro²⁰.

Por outro lado, comprar o seguro para um nível mais baixo de renda pode, sim, ser interessante. Na medida em que quase todas as pessoas conseguem obter a renda nesse nível, o preço a ser pago pelo seguro cairá bastante. O investimento será, então, pequeno, e evitará um prejuízo muito grave, que é o de não se conseguir obter nem a baixa renda em questão. Essa proposta assemelha-se aos planos oferecidos pelas seguradoras que conhecemos.

Com base nessas observações, Dworkin sugere que o mercado hipotético de seguros acima descrito seja transposto às sociedades contemporâneas, sob a forma de um sistema de tributação capaz de promover a igualdade de recursos entre os cidadãos.

O computador, a partir dos dados que já referimos, poderia prever o nível médio de seguro comprado pelos indivíduos, bem como fixar o preço a ser pago por tal nível de cobertura. Esse poderia ser, então, o imposto a ser pago por todos os cidadãos, e o produto das arrecadações seria utilizado para a redistribuição de recursos, isto é, para o pagamento do prêmio para aqueles que não conseguissem atingir a renda correspondente ao nível médio de seguro.

No entanto, observa Dworkin que seria muito injusto que todas as pessoas pagassem a mesma quantia em impostos, independentemente de sua renda. Além disso, esse modelo não incentivaria os indivíduos a procurar atingir níveis mais altos de renda, já que o sistema de distribuição se encarregaria de provê-los da diferença entre a renda alcançada e o nível médio de cobertura. Em outras palavras, haveria uma tendência muito grande a fraudar o sistema através do não exercício de habilidades.

Para que se corrija a injustiça apontada, Dworkin sugere que o preço a ser pago pelo seguro seja fixado em um percentual da renda efetivamente auferida pelos indivíduos. Já para a solução do problema das fraudes, propõe o autor a instituição de um co-seguro no interior do mecanismo dos seguros hipotéticos, assim como ocorre na maior parte dos contratos de seguro que conhecemos (a chamada

²⁰ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 127.

franquia). Isso significa, no modelo em questão, que aqueles que não conseguissem obter renda suficiente para pagar o seguro no nível médio receberiam não mais todo o montante da cobertura, mas apenas uma parte deste. A parcela não paga é o que se entende por co-seguro. Dessa forma, o risco de fraude diminui consideravelmente, pois interessará aos cidadãos produzir mais, a fim de que, caso a renda média não seja atingida, o pagamento pela seguradora seja integral, e não parcial.

Com essas observações, Dworkin conclui sua teoria a respeito das exigências a serem satisfeitas por um modelo de tributação que se proponha a promover a igualdade de recursos entre os membros de uma comunidade.

Se os imigrantes traduzirem esse esquema mais complexo de seguros em um programa de tributação, chegarão a um modelo mais reconhecível de impostos. Eles podem definir um imposto de renda graduado que financie a transferência de pagamentos no montante da diferença entre o nível médio de cobertura e o fator de co-seguro, e o que o requerente pode discutir de maneira plausível é a mais alta renda que ele possa de fato exigir.²¹

Argumenta, ainda, em defesa do modelo proposto, que seu grande mérito é fazer com que as desvantagens sofridas por algumas pessoas em decorrência da mera inferioridade de talento em relação a outras seja, em boa medida, mitigada.

O argumento do mercado hipotético de seguros é exatamente esse. Ele contrasta dois mundos entre si. No primeiro, aqueles que estão em posição relativamente desvantajosa devido aos gostos e às ambições de outrem, *vis-à-vis* seus próprios talentos para produzir, são conhecidos antecipadamente e arcam com todas as conseqüências de tal desvantagem. No segundo, mantém-se o mesmo padrão de desvantagem relativa, mas todos têm, subjetivamente, uma oportunidade antecedente simétrica de sofrê-la e, assim, todos têm as mesmas oportunidades de mitigar a desvantagem fazendo seguro contra ela. O argumento presume que a igualdade prefere o segundo mundo, porque é um mundo no qual os recursos do talento estão, em um sentido importante, mais igualmente divididos. O argumento do seguro hipotético pretende reproduzir as conseqüências do segundo mundo, da maneira mais aproximada possível, em um mundo real.²²

No capítulo seguinte, trataremos da relação que, segundo Dworkin, se verifica entre o modelo de igualdade de recursos que propõe e a liberdade individual. Discutiremos, ainda, qual o sistema político que permite alcançar a verdadeira

²¹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 132.

²² *Ibid.*, p. 138.

igualdade entre os membros da comunidade sob este aspecto, bem como as características a serem observadas em tal sistema, a fim de que a igualdade política seja efetivamente respeitada.

3. ALÉM DOS RECURSOS: OUTROS ASPECTOS DA IGUALDADE

3.1. IGUALDADE E LIBERDADE

Após a exposição dos traços fundamentais da teoria da igualdade de recursos de Dworkin, interessa-nos tecer algumas considerações a respeito da relação existente, segundo o autor, entre a igualdade e a liberdade no seio de sua teoria. Considerando que os dois ideais são costumeiramente tratados como opostos ou conflitantes, importa analisar até que ponto a promoção da igualdade de recursos entre os membros de uma sociedade, da maneira defendida por Dworkin, implica ou justifica o cerceamento da liberdade individual (aqui entendida em sua forma negativa, isto é, referente às proibições ou restrições impostas pela lei ao comportamento dos cidadãos).

A proposta de Dworkin é demonstrar que a liberdade deve ser vista não como um ideal distinto ou como um obstáculo à igualdade, mas sim como um verdadeiro aspecto desta, sendo ambos os princípios necessários à igual consideração dos indivíduos:

A liberdade é necessária à igualdade, segundo essa concepção de igualdade, não na duvidosa e frágil hipótese de que as pessoas realmente dão mais valor às liberdades importantes do que aos outros recursos, mas porque a liberdade, quer as pessoas lhe dêem ou não mais valor do que a todo o resto, é essencial a qualquer processo no qual a igualdade seja definida e garantida. Isso não transforma a liberdade em instrumento da igualdade distributiva mais do que esta em instrumento da liberdade: as duas idéias, pelo contrário, fundem-se em uma tese mais completa sobre quando a lei que governa a distribuição e o uso dos recursos trata a todos com igual consideração.²³

Para Dworkin, o costume de situar qualquer teoria política em algum ponto de um eixo do qual a igualdade e a liberdade são os extremos é um erro, pois não se pode, em hipótese alguma, admitir a subordinação da igualdade à liberdade. Isso significaria defender que, em determinados casos, o Estado deveria deixar de considerar igualmente os cidadãos, em nome da liberdade, o que é um absurdo.

²³ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. pp. 160-161.

Faço essa afirmação ousada porque acredito estarmos hoje unidos na aceitação do princípio igualitário abstrato: o governo deve agir para tornar melhor a vida daqueles a quem governa, e deve demonstrar igual consideração pela vida de todos. Qualquer pessoa que aceita esse princípio abstrato aceita a igualdade como ideal político, e embora a igualdade admita concepções distintas, essas concepções distintas são interpretações adversárias de tal princípio. Assim, quem pensa que a liberdade e a igualdade realmente entram em conflito em algum momento deve pensar que proteger a liberdade significa agir de modo que não demonstre igual consideração por todos os cidadãos. Duvido que muitos de nós pensássemos, após reflexão, que seja possível justificar isso.²⁴

Pode-se contra-argumentar que outros ideais, além do princípio da igual consideração, podem nortear a atuação do Estado, como, por exemplo, o desenvolvimento das artes ou a glória da nação, valores que se podem, inclusive, sobrepor à preocupação com a vida dos cidadãos. No entanto, Dworkin esclarece que o ideal da liberdade não é um destes, pois, ao contrário das artes ou da glória, não possui valor intrínseco, mas apenas na medida em que contribui para que a vida dos indivíduos se torne melhor.

A fim de analisar em quais pontos a liberdade individual se opõe à igualdade entre os cidadãos, o autor parte da idéia de que há um conjunto de direitos de liberdade que as pessoas não desejam sacrificar, a menos que haja uma razão muito forte que o justifique. São exemplos de direitos dessa espécie: o direito à liberdade de consciência, de expressão, de compromisso, de escolha do trabalho, da religião etc. Observa, ainda, que um eventual conflito entre os dois ideais só se verifica caso sejam satisfeitas duas condições: em primeiro lugar, a vida de um grupo de indivíduos deve melhorar mediante a supressão de certas liberdades; em segundo lugar, o princípio da igual consideração deve exigir que isto seja feito. Presentes ambas as condições, para Dworkin, o direito à liberdade deverá, necessariamente, ser sacrificado.

Qualquer conflito genuíno entre a liberdade e a igualdade – qualquer conflito entre a liberdade e os requisitos da melhor concepção do princípio igualitário abstrato – é uma querela que a liberdade deve perder. Não podemos rejeitar completamente o princípio igualitário, porque é absurdo que o governo não demonstre consideração pela vida de seus cidadãos, e imoral que demonstre mais consideração pela vida de alguns do que pela de outros. Nem é plausível, pelos motivos que acabamos de analisar, tratar a liberdade como um valor independente e adversário do princípio abstrato,

²⁴ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 169.

e às vezes predominante sobre ele. Não podemos, então, de plena consciência, exigir nenhum direito à liberdade que entre em conflito com as exigências da igualdade na concepção que escolhemos.²⁵

Dworkin acredita que a maioria das pessoas defende o princípio da igual consideração, e que muitos dos posicionamentos políticos que, aparentemente, privilegiam a liberdade em detrimento da igualdade apenas divergem quanto às restrições que a defesa da igualdade exige, mas não a rejeitam como ideal último. Trata-se tão-somente de diferentes teorias da igualdade normativa.

A possibilidade de conflito entre ambos os ideais varia conforme a teoria da igualdade que se adota. Para os igualitários que defendem a teoria da igualdade da linha de largada, isto é, o *laissez-faire*, não há conflito: a igualdade apenas se obtém mediante a absoluta liberdade individual. Já para os partidários da igualdade de bem-estar, a probabilidade de conflito é evidente: em muitos casos, o bem-estar das pessoas aumenta com a imposição de restrições às liberdades individuais. Importa verificar, então, os possíveis conflitos que se apresentam entre a liberdade e a teoria de igualdade defendida por Dworkin, isto é, a igualdade de recursos.

Para tanto, o autor propõe a análise de duas estratégias de conciliação entre a igualdade e a liberdade: a primeira, baseada em interesses individuais, não toma a liberdade como componente essencial da igualdade; a segunda, chamada por Dworkin de constitutiva, presume que a liberdade é, sim, um elemento primordial do conceito de igualdade. A teoria utilitarista da igualdade, por exemplo, utiliza-se da primeira estratégia, enquanto a teoria do *laissez-faire* tem por fundamento a segunda.

Ao tratar da primeira estratégia, Dworkin propõe que suponhamos que as liberdades individuais sejam tomadas como apenas mais uma forma de recursos a serem leiloados e adquiridos pelos indivíduos, na medida em que seus interesses justificassem tal emprego de seus recursos iniciais. Os habitantes da ilha poderiam, então, escolher entre investir suas conchas na compra de um terreno arável ou na aquisição do direito à manifestação de suas opiniões políticas. À primeira vista, a idéia parece interessante. No entanto, apresenta vários problemas.

Em primeiro lugar, Dworkin observa que a conseqüência prática da aplicação dessa estratégia é que a maioria das pessoas abriria mão de muitos

²⁵ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 172.

direitos de liberdade a fim de adquirir recursos materiais. Dessa forma, em vez de conciliar ambos os ideais, a estratégia contribuiria para a diminuição da liberdade no seio da sociedade em questão.

Ademais, além das evidentes dificuldades práticas de administração de uma sociedade em que os indivíduos tivessem liberdades distintas, é imprescindível, para que o resultado do leilão seja aprovado no teste de cobiça, que as pessoas adquiram os recursos materiais já sabendo o que lhes será permitido ou não fazer com os mesmos, isto é, que façam suas escolhas com base no conhecimento prévio da medida de sua liberdade de ação. Como poderia alguém comprar um terreno diante da incerteza de conseguir obter também o direito de aproveitá-lo para determinado fim?

É preciso, portanto, que haja uma fase prévia de estabelecimento de regras sobre o leilão, bem como a respeito das liberdades conferidas aos indivíduos em suas relações com os demais e também com os bens que vierem a adquirir. Essas regras ou parâmetros, cabe enfatizar, não poderão ser alteradas posteriormente, sob pena de se comprometer a equidade do leilão, isto é, sua aprovação no teste de cobiça.

Qualquer leilão pressupõe um sistema de liberdades/restrições de algum tipo já em vigor. Portanto, a estrutura geral da igualdade de recursos desconhece a estratégia dos interesses. Essa concepção de igualdade só torna relevantes os interesses das pessoas no nível do leilão que imagina, mas as decisões fundamentais acerca da liberdade figuram em um nível anterior, o nível no qual o leilão é criado, e não quando é realizado.²⁶

Resta demonstrado, portanto, que a estratégia de tomar as liberdades individuais como recursos a serem adquiridos na medida dos interesses dos mesmos indivíduos é ineficaz para a conciliação entre os ideais da igualdade e da liberdade. Analisemos, então, a segunda estratégia.

A princípio, a estratégia constitutiva parece inconsistente, haja vista que inclui de maneira aparentemente arbitrária a liberdade como componente da igualdade. Que argumentos, então, podem-se tecer em sua defesa?

Dworkin afirma que a liberdade é necessária para que se alcance a distribuição ideal, mas que também é necessária, para tanto, a imposição de

²⁶ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 196.

restrições à liberdade, a fim de que as pessoas possam traçar seus projetos de vida e realizá-los com relativa segurança acerca da manutenção de sua vida e de seus bens, por exemplo.

Presumo que qualquer sistema paramétrico competente de liberdades/restrições conteria um princípio da segurança: isso exigiria restrições à liberdade necessárias para oferecer segurança física suficiente às pessoas e controle suficiente sobre suas próprias propriedades para lhes permitir elaborar planos e projetos, e realizá-los. Presumo, enfim, que um sistema paramétrico adequado teria restrições legais que proibissem agressões físicas, roubo, danos propositais às propriedades e invasão, do tipo comum ao Direito Civil e Penal de todos os sistemas legais desenvolvidos.²⁷

O autor inicia sua defesa da estratégia constitutiva propondo que se estabeleça uma ponte entre o princípio igualitário abstrato e o teste de cobiça através do leilão. Afirma, então, a necessidade de se identificar o verdadeiro custo de oportunidades que a aquisição de determinado bem por uma pessoa implica para as outras. Esse custo de oportunidades, esclarece, depende dos parâmetros fixados previamente à realização do leilão. O exemplo que cita é o da divisão de um terreno a ser leiloado. Se for ofertado em lotes muito grandes, é provável que poucas pessoas se interessem em investir a quantidade correspondente de recursos iniciais em sua aquisição, o que fará com o preço diminua. Contudo, se for levado a leilão em porções menores, o preço tende a aumentar, haja vista que mais pessoas tendem a se interessar por sua aquisição.

Qual das duas formas de leilão é mais justa? A que divide o terreno em mais ou em menos partes? A resposta dada por Dworkin é que o segundo leilão é mais justo porque mais sensível aos desejos e aspirações dos indivíduos. No primeiro caso, em que as opções são mais limitadas, parte dos custos de oportunidades permanece oculta. Assim, Dworkin chega ao que chama de *princípio da abstração*: os recursos devem ser oferecidos, no leilão, da maneira mais abstrata (flexível) possível.

A falta de flexibilidade é uma derrota geral para o programa da igualdade de recursos. A igualdade de recursos prefere leilões mais abstratos aos menos abstratos, não porque o preço de determinados recursos será mais alto ou mais baixo nos leilões mais abstratos, nem porque o bem-estar total venha a ser maior ou mais igualitário, mas porque o objetivo geral dessa

²⁷ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 201.

concepção de igualdade, que é tornar a distribuição o mais sensível possível às escolhas que as pessoas fazem ao elaborar seus próprios planos e projetos, é mais fácil de se alcançar com a flexibilidade que a abstração proporciona. Assim é o princípio da abstração. O princípio reconhece que o verdadeiro custo de oportunidade de qualquer recurso transferível é o preço que os outros pagariam por ele em um leilão cujos recursos fossem oferecidos da maneira mais abstrata possível, isto é, na forma que permita a maior flexibilidade de adaptação a planos e preferências. Insiste, portanto, que o leilão deve oferecer recursos nessa forma abstrata se for para reconhecer o leilão como identificador de uma distribuição igualitária.²⁸

O princípio da abstração, segundo Dworkin, está intimamente relacionado ao sistema de liberdades e restrições da sociedade que busca a igualdade de recursos. A opção por determinada maneira de oferecer os bens no leilão é uma restrição à liberdade (considerando que essa divisão não poderá ser posteriormente alterada), que, para o autor, reflete o princípio da segurança. Porém, restrições além das ditadas pela segurança não são abrangidas pelo princípio da abstração. Assim, se alguém compra uma porção de argila, deve poder fazer a escultura que quiser com ela. A vedação prévia à realização de obras satíricas viola o princípio da abstração, pois faz com que o barro não seja disponibilizado da maneira mais abstrata possível. Afirma Dworkin que este argumento representa um importante avanço para a conciliação dos ideais de liberdade e igualdade, pois trata àquela como exigência desta.

O princípio da abstração é essencial, portanto, a nosso projeto principal. Estabelece o pressuposto geral da liberdade de escolha no núcleo da equidade, e isso é um grande passo rumo à reconciliação da liberdade com a igualdade.²⁹

Dworkin argumenta, ainda, que o princípio da abstração veda a implantação de restrições legais com base na religião ou na moral da maioria. Explica que os custos de oportunidades das opções de uns para os outros devem ser avaliados, no que se refere às circunstâncias sociais, da mesma forma que para os recursos materiais. Assim como é impossível para um único indivíduo, com seu estoque inicial de recursos, adquirir uma coleção enorme de obras de arte, também não poderá “comprar” a vida numa sociedade em que apenas sua religião seja tolerada. Os indivíduos que possuírem a mesma crença ou a mesma moral poderão, caso

²⁸ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 205.

²⁹ *Ibid.*, p. 207.

existam em número suficiente, formar comunidades próprias, mas sem que haja a criminalização de condutas divergentes pelo Direito Penal.

Assim, o esquema paramétrico que propus, no qual os custos de oportunidades são identificados por meio de um leilão cujo parâmetro não permite restrições fundamentais em religião ou moralidade pessoal, atinge o equilíbrio entre os interesses dos ortodoxos e os dos excêntricos, que são apropriados à igualdade de recursos. Os interesses que grupos diversos têm no projeto do ambiente social e cultural são conciliados por uma estrutura de preços proveniente de pressupostos neutros entre seus projetos no sentido que descrevi. Os números serão importantes no leilão realizado a partir desse parâmetro neutro. Quem anseia por proteção e reforço da homogeneidade religiosa poderá assegurar, caso seus números o garantam, alguma parte do que acham precisar, bem como os *connoisseurs*, se forem suficientemente numerosos, poderão arranjar museus maravilhosos para visitar. Os devotos de determinada fé, que precisam de uma comunidade de crentes na qual prosperar, podem achar que há um número suficiente de pessoas com as mesmas convicções para que se reúnam a fim de criar uma comunidade religiosa especial sem recurso ao Direito Penal. Nenhuma minoria, seja religiosa, sexual ou cultura, tem a garantia dos requisitos sociais ideais para si.³⁰

A impossibilidade de o governo instituir restrições com base apenas na moral da maioria é defendida por Dworkin também em *Uma questão de princípio*:

O governo deve tratar as pessoas como iguais no seguinte sentido. Não deve impor sacrifícios nem restrições a nenhum cidadão com base em algum argumento que o cidadão não poderia aceitar sem abandonar seu senso de igual valor. Esse princípio abstrato requer que os liberais se oponham ao moralismo da Nova Direita, pois nenhuma pessoa com auto-respeito que adota um certo modo de vida por considerá-lo mais valioso para si, pode aceitar que esse modo de vida seja vil ou degradante. Nenhum ateu que se preze pode concordar que uma comunidade em que a religião é compulsória é melhor por essa razão, e nenhum homossexual pode concordar que a erradicação da homossexualidade torna a comunidade mais pura.

Portanto, o liberalismo baseado na igualdade justifica o tradicional princípio liberal de que o governo não deve impor a moralidade privada.³¹

Dworkin observa, por outro lado, que a verificação dos reais custos de oportunidades das escolhas de uns para os outros é perturbada pela realização de alianças entre alguns indivíduos a fim de fazer lances que frustrem as escolhas de outros. Trata-se do que os economistas chamam de *externalidades*. Suponhamos que determinada área seja dividida em dez lotes. Há nove participantes interessados

³⁰ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 210.

³¹ DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 306.

em comprá-los para construir, conjuntamente, uma praça, enquanto outro deseja comprar um lote para construir ali sua casa. É natural que, sabendo da intenção deste último, os demais se unam para oferecer um lance mais alto por aquele lote. Os reais custos de oportunidades seriam, então, distorcidos.

A solução, segundo o autor, é dada pelo princípio da correção, que legitima a instituição de regras limitadoras da liberdade a fim de que os custos de oportunidades se tornem mais próximos ao que seriam em um leilão em que houvesse conhecimentos perfeitos e nenhum custo transacional.

As restrições à liberdade de escolha são necessárias e justificadas, segundo esse princípio, se aumentarem o grau no qual a igualdade de recursos atinge sua meta, que é alcançar a distribuição genuinamente igualitária, avaliada pelo verdadeiro custo de oportunidades. (...) Assim, uma restrição reguladora ou um artigo das normas para delitos só é justificado, sob o princípio da correção, se houver bons fundamentos para supor que a corrupção do teste de custo de oportunidades seria menor com a restrição em vigor do que sem ela.³²

No caso acima, o princípio da correção permite, por exemplo, a imposição, pelo leiloeiro, de regras de zoneamento, com o objetivo de corrigir antecipadamente os resultados do leilão. Os “custos inesperados” de oportunidades seriam consideravelmente reduzidos caso não houvesse a possibilidade de alguém comprar, pensando em ali construir sua casa, um terreno vizinho ao adquirido com vistas à instalação de uma indústria poluente.

Outro princípio que deve nortear a fixação dos parâmetros para a realização do leilão e que estabelece um elo entre a liberdade e a igualdade é o princípio da autenticidade. Para que as escolhas feitas durante o leilão sejam autênticas (baseadas na convicção mais verdadeira dos participantes) e, assim, aptas a promover a verdadeira igualdade de recursos, é preciso proteger certas liberdades, como a de expressão e associação. Explica Dworkin:

Os participantes do leilão gostariam de uma oportunidade de formar e ponderar suas próprias convicções, apegos e projetos, e uma oportunidade de exercer influência sobre as opiniões correspondentes de outrem, das quais depende muito seu próprio êxito no leilão. Esperaríamos encontrar, portanto, dentro das amplas dimensões de qualquer princípio da autenticidade que a estratégia da ponte recomende, uma justificativa para permitir uma proteção especial à liberdade de culto religioso, à liberdade de expressão, ao mais amplo acesso à literatura e a outras formas de arte, à

³² DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 213.

liberdade de associação pessoal, social e íntima, e também à liberdade de não expressão, na forma da liberdade contra a vigilância.³³

Finalmente, o autor menciona o princípio da independência, útil para impedir a formação de alianças para o leilão com vistas a promover a discriminação com origem no puro preconceito. Se, por um lado, o princípio da correção poderia recomendar a instituição de uma regra de zoneamento em razão da formação de um grupo racista branco que pretendesse construir uma área livre de pessoas negras, o princípio da independência impede que isso ocorra, em nome da igual consideração (pois instituir tal lei significaria tratar aos brancos de maneira privilegiada). É assim descrito por Dworkin:

O princípio da independência diz respeito à liberdade e à restrição. Em primeiro lugar, controla o princípio da correção ao insistir que não se pode justificar como necessário nenhum parâmetro limitador para chegar a um resultado ao qual se chegaria em um leilão com perfeitos conhecimentos e nenhum custo organizacional, se só se alcançasse tal resultado porque os lances refletiriam um desprezo ou antipatia por quem estivesse sujeito a desvantagens ou sofresse devido à restrição. Depois, controla o princípio da abstração ao endossar parâmetros limitadores necessários para proteger as pessoas sujeitas a preconceitos sistemáticos por sofrerem qualquer desvantagem grave ou abrangente oriunda desses preconceitos.³⁴

Esses são os traços principais que devem reger a relação entre a liberdade e a igualdade no modelo do leilão imaginário proposto por Dworkin. Contudo, as circunstâncias não são as mesmas em um modelo de sociedade real, em que não há um momento único que se possa identificar como o do leilão, mas, pelo contrário, praticamente todos os recursos já estão distribuídos.

Para a promoção da igualdade em um modelo de sociedade real, Dworkin aponta a necessidade de se elaborar uma teoria do aprimoramento, que permita avaliar se determinada política contribui ou não para a atenuação da desigualdade entre os cidadãos. Enfatiza, ainda, que tal teoria deve considerar, em sua avaliação, tanto o déficit de recursos materiais quanto o déficit de liberdade das pessoas, e ressalta que os dois não podem ser medidos com a mesma escala: trata-se de duas dimensões incomensuráveis. Em outras palavras, não se pode determinar qual o correspondente, em recursos, de determinado ganho ou perda em liberdade.

³³ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. pp. 217-218.

³⁴ *Ibid.*, pp. 219-220.

Dworkin conclui, então, que, em um modelo de sociedade complexa, o aprimoramento não pode advir de novas restrições substanciais à liberdade, pois, se não há como medir a liberdade e os recursos com a mesma escala, tampouco se pode justificar o cerceamento da liberdade com fundamento na redução da desigualdade de recursos.

Não se pode considerar que programa nenhum produza um aprimoramento geral se acrescentar novas e significativas restrições à liberdade que imponham restrições substanciais à liberdade. Já que os *déficits* de recursos e de liberdade são incomensuráveis, não há como justificar a afirmação de que um programa que forneça mais proteínas aos pobres, à custa de sua liberdade de expressão, é um ganho geral no tratamento igualitário oferecido pela comunidade a seus membros.³⁵

Assim, uma teoria adequada do aprimoramento deve recomendar, por exemplo, o aumento progressivo do imposto de renda cujo produto seja investido em programas sociais. Essa medida não representa nenhuma restrição à liberdade das pessoas e promove uma melhor distribuição da renda. Também não torna a situação de ninguém pior do que seria no modelo do leilão imaginário. É, portanto, aprovada por uma boa teoria do aprimoramento.

Pelas mesmas razões que acabamos de mencionar, não se pode pretender que as sociedades reais funcionem conforme o modelo ideal de igualdade de recursos. O que se deve buscar, segundo Dworkin, são distribuições igualitárias defensáveis, assim definidas pelo autor:

Podemos imaginar atingir uma situação, por meio de tais esquemas, em que nenhuma mudança adicional tecnicamente possível pudesse nos aproximar mais desse ideal? Chamaremos as situações desse tipo de distribuições igualitárias defensáveis, para marcar o fato de que, embora não concretizem a perfeita igualdade de recursos, são exemplos do melhor que podemos conseguir, mesmo com a maior vontade política.³⁶

Esclarece Dworkin, ainda, que não há uma única distribuição igualitária defensável, mas várias, adequadas às peculiaridades de cada comunidade. Afirma, porém, que nenhum país alcançou, até hoje, tal estado. Veja-se o que diz o autor em *Uma questão de princípio*:

³⁵ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 230.

³⁶ *Ibid.*, p. 231.

É evidente, penso, que os Estados Unidos estão aquém no momento. Uma minoria substancial de norte-americanos que está cronicamente desempregada ou recebe salários abaixo de qualquer “linha de pobreza” realista, é prejudicada de diversas maneiras ou sobrecarregada com necessidades especiais, e a maioria dessas pessoas faria o trabalho necessário para ganhar um salário decente se tivesse oportunidade e capacidade. A igualdade de recursos exigiria mais, não menos redistribuição do que oferecemos agora.³⁷

É preciso observar, neste ponto, que toda a argumentação tecida até então tomou por base o modelo ideal da igualdade de recursos através do leilão imaginário e, em seguida, um modelo de sociedade real, ainda bastante diferente do que se verifica nas verdadeiras sociedades que conhecemos (o “*real mundo real*”³⁸, segundo o autor), em que as pessoas não estão todas interessadas em alcançar uma distribuição justa e igualitária.

Já demonstramos que o cerceamento das liberdades individuais com vistas ao aprimoramento da igualdade material não é autorizado no modelo ideal do leilão nem no modelo (ideal) de sociedade real. Contudo, em se tratando das sociedades reais contemporâneas, é justificável a imposição de novas restrições à liberdade, não ordenadas pelo princípio da abstração, mas que se mostrem eficazes para a redução da desigualdade de recursos?

A resposta dada por Dworkin é que não se pode, em nome da igualdade, diminuir o déficit de recursos de uns à custa da restrição à liberdade de outros, conforme o que chama de princípio do sacrifício. Uma vez que a liberdade e a igualdade material são incomensuráveis, não se justifica a compensação de uma por outra.

Por outro lado, ressalta que a restrição à liberdade não se configura quando a situação do sacrificado não piora nada em relação ao que seria em um ambiente de distribuição igualitária defensável. A liberdade a ser protegida é aquela que se verificaria em tal situação, e não mais do que isso. Por isso, uma lei que limitasse a x a quantia máxima a ser investida por uma única pessoa em uma campanha política deveria ser aprovada pela teoria do aprimoramento, se demonstrado que, em uma sociedade de distribuição igualitária defensável, ninguém poderia mesmo dispor de mais do que aquela quantia para tal fim. Questão bastante semelhante foi objeto de

³⁷ DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 310.

³⁸ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 235.

decisão da Suprema Corte americana, no caso *Buckley versus Valeo*, criticada por Dworkin:

Os limites sobre as despesas em eleições que a Suprema Corte derrubou no caso *Buckley versus Valeo*, caso entrassem em vigor, não teriam reduzido para ninguém o valor da liberdade irrestrita que se teria pelo menos na maioria das distribuições defensáveis plausíveis. Ninguém em uma comunidade que alcançou uma distribuição defensável exerceria a influência sobre as decisões políticas, somente devido ao dinheiro gasto com a política, que os ricos têm hoje nos Estados Unidos, ou mesmo a influência que teriam tido se a Suprema Corte tivesse deixado a decisão intacta. As riquezas descartáveis seriam distribuídas de forma muito mais equânime (...). Por conseguinte, a lei que a Suprema Corte aboliu não sacrificava ninguém.³⁹

Assim, o princípio do sacrifício permite avaliar quais medidas restritivas devem ou não ser tomadas, a fim de aproximar determinada sociedade de uma distribuição igualitária defensável.

O princípio do sacrifício é valioso para além do seu papel de proibir certas restrições à liberdade no real mundo real: ajuda a indicar um programa mais abrangente de reformas ao indicar um pacote de medidas, no qual pode haver restrições, que o governo poderia adotar legitimamente na direção de uma distribuição defensável dos recursos da comunidade.⁴⁰

Além disso, é importante enfatizar que o princípio do sacrifício nunca permitirá a imposição de restrições às liberdades que costumamos considerar fundamentais (hipótese em que a situação dos sacrificados certamente se tornaria pior do que seria em qualquer distribuição igualitária defensável), mas apenas àquelas que encontram sua origem na diferença indesejável de poder econômico entre os membros da comunidade.

Se as pessoas para quem a política é importante estiverem proibidas de falar, com a justificativa genuína ou (mais provavelmente) construída de que isso reduzirá o *deficit* de recursos materiais dos que estão em pior situação, elas serão sacrificadas, tenham ou não mais ou menos recursos materiais do que qualquer distribuição defensável lhes oferecesse. Assim, a igualdade de recursos não pode ser aprimorada por essa etapa. Caso se proíba totalmente a intimidade entre homossexuais, eles também serão sacrificados, novamente quer sejam agora ricos ou pobres. Portanto, meu argumento não põe em risco essas liberdades fundamentais, mesmo em

³⁹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. pp. 241-242.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 244.

uma sociedade profundamente desigual. Pelo contrário, o argumento ajuda a provar por que elas são fundamentais.⁴¹

Ao contrário, o autor, como se depreende do trecho acima, esclarece que o princípio do sacrifício serve para confirmar a importância amplamente atribuída às liberdades fundamentais e justificar sua proteção constitucional.

Concluída a argumentação descrita nesta seção, Dworkin alcança seu objetivo de demonstrar que a liberdade não é um ideal oposto à igualdade nem tampouco uma virtude contingente à igualdade de recursos, mas sim um elemento fundamental desta.

A prioridade da liberdade, na igualdade de recursos, está definida em um nível que a torna independente de tais ponderações. A liberdade é essencial para a justiça política porque a comunidade que não protege a liberdade de seus membros não os trata – não pode tratá-los com igual consideração da melhor forma que se possa entender o que significa. (...) Assim, talvez a estratégia constitutiva, tão longe de fazer com que a liberdade pareça mesquinha e instrumental, finalmente ofereça uma teoria dessa virtude compatível com nosso entusiasmo por ela.⁴²

Na seção seguinte, trataremos da teoria da igualdade de Dworkin sob o aspecto político, expondo os principais traços do pensamento do autor no que concerne à relação entre igualdade e democracia.

3.2. IGUALDADE E DEMOCRACIA

Para Dworkin, é evidente que o modelo político adequado a uma sociedade que se pretenda igualitária é a democracia. Em uma ditadura ou oligarquia, nunca haverá a igual consideração dos membros da comunidade. Contudo, não basta afirmar a necessidade de democracia. Outras questões se apresentam, como, por exemplo, a forma de eleição dos representantes, a duração do mandato destes, a extensão de seus poderes.

⁴¹ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 247.

⁴² *Ibid.*, p. 248.

Propõe o autor, então, a análise do tema através de duas estratégias distintas: segundo a primeira, que chama de *dependente*, o modelo democrático ideal é aquele cujos resultados impliquem a distribuição mais igualitária dos recursos materiais disponíveis; já conforme a segunda, chamada de *separada*, o modelo mais desejável de democracia é aquele que promove a mais igualitária distribuição da participação política, apenas, entre os cidadãos. Importa esclarecer, contudo, que mesmo uma concepção dependente de democracia deve levar em conta a aspiração das pessoas à participação política. Caso contrário, nada se poderia dizer contra a legitimidade de um governo tirânico que se mostrasse capaz de promover a igualdade de recursos.

Uma concepção dependente pura seria, obviamente, uma interpretação fraca das nossas principais suposições comuns acerca da democracia se ignorasse as consequências participativas e considerasse apenas as consequências distributivas entre as metas substantivas de um Estado igualitário. Pois uma tirania benevolente, na qual nenhuma das nossas suposições acerca da democracia se conserva, pode produzir um esquema justo de propriedades e respeitar as metas distributivas da concepção correta de igualdade; de fato, pode produzir uma distribuição mais igualitária do que a democracia poderia. Mas nenhuma tirania ofereceria as metas participativas às quais qualquer comunidade igualitária aspiraria.⁴³

Segundo Dworkin, a maioria das pessoas defende concepções separadas da democracia. Isso explica as intensas críticas à revisão, pela Suprema Corte norte-americana, de atos normativos de legisladores eleitos. Todavia, garante o autor que nenhuma das concepções é interessante, em sua forma pura, devendo-se preferir a ambas uma estratégia mista, cujas principais características serão expostas a seguir. Finalmente, Dworkin procurará apontar uma resposta à indagação sobre o caráter antidemocrático do controle das leis pelo Judiciário.

Em primeiro lugar, afirma que uma concepção separada da igualdade política deve apontar os meios para tornar todos os cidadãos iguais em poder político, tanto horizontal (os cidadãos comparados entre si) quanto verticalmente (comparando-se os cidadãos comuns às autoridades).

Para que isso seja possível, deve-se observar que há dois fatores distintos, em se tratando do poder político de alguém: o impacto político (que consiste naquilo que a pessoa pode fazer sozinha) e a influência política (o que a pessoa pode fazer

⁴³ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. pp. 257-258.

induzindo a ação ou a opinião de outras). Não é difícil perceber que, na dimensão vertical, só é possível equiparar os cidadãos quanto à influência, mas não quanto ao impacto político. Não se pode evitar que as autoridades disponham de maior poder de ação do que os cidadãos comuns. Já a igualdade de influência pode ser alcançada, por exemplo, em uma sociedade em que os atos dos legisladores sejam necessária e diretamente vinculados à opinião daqueles que representam. Dessa forma, todos teriam igual participação nas decisões políticas.

Se, por um lado, a igualdade vertical de impacto político é impossível, por outro, a igualdade horizontal de impacto é um ideal político insuficiente. Pode existir mesmo em um ambiente de ditadura e censura, em que todos os cidadãos tenham poder político quase nulo. Portanto, conclui-se que a questão a ser analisada é a da igualdade de influência política.

Contudo, logo observa Dworkin que a igualdade vertical de influência política tampouco é desejável como critério para a elaboração de um modelo ideal de democracia. Em primeiro lugar, por ser inatingível. Poder-se-ia argumentar que, em um regime em que as decisões das autoridades estivessem diretamente vinculadas às opiniões daqueles que o elegeram, sob pena de destituição do cargo, a igualdade vertical de influência se manteria. Porém, seria inevitável, mesmo em tal modelo, que ocorressem enganos quanto à verdadeira vontade dos eleitores. Além disso, muitos fatos verificados em nossa sociedade tornam desigual o poder de influência das pessoas, sob o aspecto vertical, mas nem por isso são questionados. Um exemplo bastante claro desse fenômeno é o poder de que dispõem os juízes, cuja nomeação é vitalícia.

Resta-nos, então, analisar a viabilidade de se tomar como critério a igualdade horizontal de influência. A ninguém há de parecer justo o enorme poder de influência exercido pela família Rockefeller nos Estados Unidos, conforme exemplo citado por Dworkin⁴⁴. Entretanto, observa o autor que o que nos incomoda nesse exemplo não é o maior poder de influência por si só, mas o fato de advir ele unicamente da riqueza ímpar da família. A explicação para o sentimento comum de revolta é dada, assim, não por uma concepção separada da igualdade política, mas por uma dependente da igualdade de recursos.

⁴⁴ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 266.

Podemos dizer, por exemplo, que é injusto que algumas pessoas tenham tanto dinheiro quanto um Rockefeller porque isso infringe os princípios distributivos da igualdade, e acrescentar que a influência política desmesurada que a riqueza lhes proporciona é uma consequência especialmente deplorável da injustiça, porque lhes permite, entre outras coisas, perpetuar e multiplicar suas vantagens injustas.⁴⁵

Nesse ponto, importa enfatizar que nem toda desigualdade de influência provém da desigualdade de riqueza. Há pessoas que possuem maior poder de influência em razão de seus estudos, ou do carisma, ou de um maior gosto pela política, ou por terem-se mostrado virtuosas e sensatas ao longo da vida, por exemplo. E não parece razoável buscar, em nome da igualdade política, a redução dessa espécie de influência.

Se, ainda assim, alguém insistir na idéia de que a igualdade horizontal de influência política deve ser perseguida, Dworkin aponta os métodos que poderiam conduzir a tal ideal: a eliminação das oportunidades de influência política (discursos, comícios etc.), a limitação do valor a ser investido em campanhas políticas e, ainda, a educação das pessoas para que não se deixassem influenciar. Ora, nenhum desses métodos parece razoável. O primeiro deles, por ser característico de um regime ditatorial, restritivo das liberdades fundamentais, como já mencionamos.

Neste ponto, é interessante citar um artigo publicado por Dworkin no jornal *O Estado de São Paulo*, em que defende a necessidade de se proteger o direito à manifestação pública não violenta, tratando especialmente do caso do Movimento dos Sem Terra no Brasil. Defende o autor que, estando demonstrado que os membros do movimento vinham sendo historicamente excluídos do processo político, atos como, por exemplo, a ocupação de imóveis rurais ou urbanos justificam-se pelo direito à desobediência civil:

Havendo evidências para demonstrar que o grupo não é tratado como participante, em igualdade de condições, na aventura política de uma nação, a democracia falhou e, nessa medida, até que mude a atitude do governo, atos não violentos se incluirão na honrada tradição da desobediência civil.⁴⁶

O segundo método citado acima tampouco parece razoável, por só se justificar em um ambiente de distribuição não-igualitária de recursos. Uma vez

⁴⁵ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 268.

⁴⁶ DWORKIN, Ronald. *Os Sem Terra Vistos de Fora*.

instaurada a igualdade de recursos, a destinação destes é uma escolha individual, que deve ser respeitada. Finalmente, a terceira via carece absolutamente de sentido, pois implicaria exigir das pessoas que não seguissem a opinião que julgassem mais acertada.

Conclui-se, então, que se deve buscar apenas a correção das desigualdades de influência política oriundas do excesso de poder econômico, através do aprimoramento da distribuição de recursos, como esclarece Dworkin:

Devemos, evidentemente, remediar as injustiças distributivas responsáveis por grande parte das desigualdades de influência política da nossa própria época. Mas não podemos almejar a igualdade de influência além da retificação dessas injustiças nítidas, pois os meios que teríamos à disposição violariam outras características desejáveis da sociedade igualitária que parecem mais importantes. (...) Precisamos mapear as restrições voltadas para as influências ruins ou inadequadas, reduzindo a importância da riqueza na política e incentivando as formas de debate político nas quais seja bem provável a revelação do logro, em vez de dar mesmo os passos mínimos para garantir que as opiniões de ninguém sejam mais instigantes que as das outras pessoas.⁴⁷

Rejeitada a concepção separada pura de igualdade política, Dworkin propõe a elaboração de uma teoria dependente, mas com características mistas, fundada em diversas metas, provenientes, em parte, da concepção separada. A primeira categoria delas é a das metas simbólicas, segundo as quais o valor do voto de cada indivíduo, a princípio, deve ser igual. Dizemos “a princípio” porque, segundo Dworkin, o princípio da igual consideração não impede que uma sociedade atribua peso maior ao voto de alguém que tenha realizado determinado curso, por exemplo, desde que este seja acessível a todos. Em segundo lugar, há as metas agenciais, que determinam que se garanta a todos os cidadãos a possibilidade de acesso aos meios de comunicação, a fim de que possam estender ao âmbito político suas convicções, tentando convencer aos demais. Cabe ressaltar, contudo, que não se trata, neste caso, de igualdade de influência, mas de possibilidade, oportunidade de acesso.

Elaboramos uma concepção dependente de democracia de modo que ela permita a qualquer pessoa que deseje suficiente incentivo ou engajamento a fim de viabilizar para si que a política seja uma extensão de sua própria

⁴⁷ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. pp. 274-284.

vida moral. Essa é uma noção limiar, e nada nela considera a igualdade de influência um ideal pelo qual devamos lutar.⁴⁸

A terceira meta é a da exatidão sensível à escolha. Para Dworkin, há questões políticas que devem ser sensíveis à escolha dos cidadãos, e outras que não, pois são determinadas pelo modelo de sociedade por que se optou (por exemplo, a igualdade de recursos). Quanto às primeiras, relacionadas às preferências individuais, é fundamental que se respeite a decisão da maioria. Um exemplo de questão dessa espécie é se os recursos municipais devem ser investidos na construção de uma praça ou de um parque.

Já quanto às segundas, cabe ao constitucionalismo apontar a resposta correta e, com isso, Dworkin responde à questão formulada no início desta seção, referente à legitimidade da revisão judicial das leis. Para o autor, a atuação dos tribunais constitucionais não é antidemocrática, desde que restrita às questões políticas não sensíveis à escolha. Eles devem, então, avaliar, à luz da Constituição do país, se a lei sob análise corresponde ao modelo de sociedade a ser perseguido, conforme se estabeleceu na Carta, ou se não, caso em que a lei deverá ser retirada do ordenamento jurídico. Por outro lado, não podem os tribunais interferir nas questões sensíveis à escolha, que devem permanecer a cargo das autoridades eleitas.

Se adotarmos uma concepção dependente de democracia, porém, e não uma concepção separada que faça da democracia uma questão de igualdade de impacto ou de influência vertical e horizontal, não fica nada evidente que a revisão judicial seja uma instituição antidemocrática. (...) Parece claro que, na forma como existe nos Estados Unidos, a revisão judicial não transgredir nenhuma meta simbólica ou de agência. Não obstrui a simetria no voto, porque é uma forma de negação do distrito, e não expressa, em si, qualquer desprezo ou desconsideração por nenhum grupo da comunidade. Nem prejudica as metas agências da democracia. Pelo contrário, protege essas metas, oferecendo uma proteção especial à liberdade de expressão e a outras liberdades que incentivam a ação moral na política. E faz mais: proporciona um fórum político no qual os cidadãos possam discutir, se desejarem, e, por conseguinte, o faz de maneira mais diretamente ligada a sua vida moral do que o voto. (...) O constitucionalismo é um aperfeiçoamento da democracia, contanto que, mas apenas contanto que, sua jurisdição esteja limitada a questões de princípio insensíveis à escolha.⁴⁹

⁴⁸ DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. p. 280.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 288-289.

Expostos os traços fundamentais da teoria de igualdade de recursos de Dworkin, apontaremos, no capítulo seguinte, algumas das críticas, não necessariamente negativas, que lhe foram tecidas por outros autores.

4. CONSIDERAÇÕES DE OUTROS AUTORES

Em que pese o fato de ser a formulação da teoria de igualdade de Dworkin bastante recente e, até a publicação de *A virtude soberana*, em 2000, restrita a artigos e outras publicações esparsas, vários autores já se dedicaram a sua análise.

Stephen Guest, um dos mais importantes estudiosos da obra de Dworkin, enfatiza o impacto causado por sua teoria no campo da filosofia política e jurídica, ressaltando que tanto os partidários das idéias de Dworkin quanto os pensadores que dele discordam são unânimes em reconhecer a relevância e o caráter inovador de suas contribuições, inegavelmente merecedoras de séria consideração:

Ronald Dworkin's legal and political theories have a complexity, novelty and moral power that have excited a wide range of academic and political thinkers. (...) His views are developing and are by no means settled, particularly his views about the nature of justice. But the enormous output of books and papers he has produced, along with the formidable profusion of lectures and seminars he has delivered in many places in the world, have given him a very wide reputation as a highly original thinker, with much of importance to say. He is cited in legal, political, philosophical and economics books and journals and writers who disagree or agree with him are united in thinking that the ideas he has are of sufficient significance to require serious consideration.⁵⁰

Como se demonstrou ao longo dos capítulos anteriores, a essência da teoria de justiça de Dworkin repousa na igual consideração de todos os indivíduos, idéia assim sintetizada por Guest:

In short, Dworkin's theory (...) of *justice* is that all political judgements ought to rest ultimately upon the injunction that people are equal as human beings, irrespective of the circumstances in which they are born.⁵¹

A mesma idéia foi enunciada, na literatura pátria, por Vera Karam de Chueiri, autora do texto do verbete correspondente ao filósofo norte-americano no *Dicionário de Filosofia Política* organizado por Vicente de Paulo Barreto:

Dworkin chega à justificação de uma particular forma de liberalismo, que se assenta, sobretudo, no princípio da igualdade. Isto é, moralmente, impõe-se

⁵⁰ GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. p. 1.

⁵¹ *Id.*

à liberdade constitutiva da sociedade a igualdade como limite, vale dizer, todos devem ser tratados por parte do governo com igual respeito e consideração.⁵²

O princípio abstrato da igual consideração, segundo Dworkin, deve nortear as ações políticas e também as jurídicas, funcionando como justificativa última para a tomada de decisões de ambas as espécies:

Para Dworkin, só tem sentido justificar uma ação em nome do Direito se, finalmente, essa ação for moralmente justificada, isto é, se subscrever o princípio segundo o qual todos devem ser tratados com igual respeito e consideração. Tal princípio sustenta uma idéia de igualdade que está no cerne do liberalismo igualitário (*egalitarian liberalism*)⁵³

Sobre a necessidade de se justificarem as decisões judiciais com base no princípio da igual consideração e respeito, segundo Dworkin, escreve Stephen Guest:

His perspective on law is that of justification. We must interpret the law so as to make the best “moral” sense of it. In other words, we must always assume when we try to work out what the law requires or permits that it makes *moral* sense. Why? Because it supplies sense to law. What is the point of justifying action in the name of law unless that action has also a moral justification?

And we go from this idea of making moral sense of the law directly to what this “morality” is. It is the major concern of Dworkin’s moral and political theory and rests upon what we might call his foundational principle that people should be treated with equal concern and respect. When we are making sense of law, we must assume that its best sense expresses an equal concern for people.⁵⁴

Em se tratando de comentadores da obra de Dworkin, não se pode deixar de citar Thomas Nagel, filósofo nascido na então Iugoslávia e atualmente colega de Dworkin como professor de Filosofia e Direito na New York University.

Nagel aponta quatro possíveis causas para a desigualdade de recursos entre as pessoas: a discriminação (sexual, religiosa, étnica etc.), a classe social (ou, mais especificamente, a herança), o talento e o esforço. Defende que a desigualdade decorrente dos primeiros dois fatores pode ser eliminada ou, ao

⁵² BARRETO, Vicente de Paulo (org.). *Dicionário de filosofia do direito*. p. 260.

⁵³ *Id.*

⁵⁴ GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. p. 9.

menos, reduzida através de políticas públicas voltadas à diminuição da desigualdade de oportunidades, tais como o acesso à educação e à saúde.

Já quanto aos dois outros fatores, esclarece que a diferença de renda derivada apenas do esforço não deve ser considerada uma ofensa à igualdade, mas antes uma manifestação desta. Para Nagel, assim como para Dworkin, as consequências das escolhas individuais devem ser suportadas pelos próprios indivíduos. Trata-se, tão-somente, de um exemplo de exercício da liberdade, que, como se demonstrou no capítulo anterior, é uma exigência da própria igualdade, tal como descrita por Dworkin. Afirma Nagel:

Life is shaped and controlled every day by the decisions about work and leisure, ambition and competition which drive an efficient system of production. There is no natural domain like that of family relations to which we can limit the operation of these motives, no natural division of the territory.

(...) As Ronald Dworkin has pointed out, decisions about how to allocate one's energies are more accurately regarded as an example of that freedom of choice among alternatives which is an essential element of equality. I believe that, apart from pathological conditions, the level of someone's effort is the result of free choice. Persons with the same resources and the same talents but different preferences will naturally choose to employ their talents differently, some taking their benefits in the form of more leisure, others in the form of this or that kind of commodity or opportunity or security. This enhances rather than disturbs the equality of morally significant advantages.⁵⁵

Já quanto à desigualdade de recursos entre os indivíduos decorrente apenas da diferença de talentos individuais, reconhece Nagel (concordando, também nesse ponto, com Dworkin), que é impossível separar a fração dos recursos advinda do esforço da porção devida à mera superioridade de talento. Sugere, então, a compensação da desigualdade em questão através de medidas capazes de reduzir a desigualdade de oportunidades entre os indivíduos.

It is impossible in practice to disentangle the effects of talent from the effects of effort, since effort is expended through the exercise of talent, and talent develops into a valuable ability only through effort. I don't mean that we can't distinguish the contributions of the two causes, only that we can't separate them. So if one does not object to inequalities due to effort, reluctance to prevent them will automatically carry over to the effects of talent that go with them.

⁵⁵ NAGEL, Thomas. *Equality and partiality*. p. 118.

To be sure, effort also combines inextricably with class in the causation of inequality: Those with privileged background and education, not to mention money, can profit more from a given effort than those with less. But we can at least try to compensate for that through measures of positive equality of opportunity, whereas nothing can be done to equalize natural abilities.⁵⁶

Nagel afirma, também, a inevitabilidade de se implantarem mecanismos de tributação progressiva da renda individual, com a redistribuição do produto da arrecadação entre os cidadãos de menor renda, a fim de reduzir a desigualdade decorrente da diferença de talento.

Any attempt to limit the inequalities due to talent without abolishing the labor market must take the indirect form of progressive and redistributive taxation.⁵⁷

Por outro lado, há autores que teceram severas críticas à teoria da igualdade elaborada por Dworkin. Agnes Heller, professora húngara que atualmente leciona na New School for Social Research, em Nova Iorque, é enfática ao afirmar que a teoria do autor, em verdade, não toma a igualdade em si como valor último, mas sim outros valores, quais sejam, o respeito e a consideração que, para Dworkin, devem ser guardados frente a todos e a cada um dos indivíduos que compõem uma sociedade, de maneira igual. Veja-se o que diz a autora:

Se Dworkin acredita que “respeito igual” é uma categoria de *igualdade*, está completamente equivocado. Respeito igual é igualdade de *respeito*, onde o valor supremo é o *respeito* e não igualdade.⁵⁸

Heller concorda com Dworkin no que toca à rejeição das concepções igualitárias de bem-estar (ou “satisfação”). Reconhece, ainda, a abrangência do modelo proposto pelo autor e esclarece que Dworkin não desenvolve sua teoria com base na idéia de que as pessoas possam, de fato, começar a vida com igual quantidade de recursos, mas, isto sim, de que a autoridade responsável pela distribuição deverá atuar no sentido de corrigir as desigualdades existentes, por meio da transferência de recursos de uns para outros.

⁵⁶ NAGEL, Thomas. *Equality and partiality*. p. 119.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 114.

⁵⁸ HELLER, Agnes. *Além da justiça*. p. 215.

Dworkin provavelmente está certo ao rejeitar o paradigma “satisfação”. Seu próprio paradigma, “igualdade de recursos”, abrange a maioria dos problemas que encontramos, discutindo a teoria de “satisfação igual” em ambas as suas interpretações. A apresentação desse paradigma é a seguinte. Todos nós chegamos (simbolicamente) ao mesmo grupo de recursos. Porque estamos todos conscientes dos riscos envolvidos no jogo de vida (inclusive os riscos de aceitar ou não aceitar riscos), porque além do mais podemos ser aleijados e experimentar outros infortúnios, assumimos uma política de seguro de vida. Se estamos entre os afortunados, simplesmente pagamos o prêmio àqueles que falharam; da parte deles, eles coletam esse prêmio. Dworkin não assume, como alguns de seus críticos acreditam que ele faz, que pessoas *de fato* começam suas vidas com uma parte igual de recursos; em outras palavras, o termo “começar” na expressão “parte igual de recursos” representa não um fato empírico, mas uma *idéia constitutiva*. Uma vez que preocupação igual e respeito são *devidos* a cada membro da comunidade (pois a vida de cada um importa igualmente), a autoridade de redistribuição precisa estabelecer e restabelecer continuamente tal igualdade de recursos. De maneira muito simples, o “começo” igual do jogo de vida é dado a todo mundo, através da vida de cada membro da comunidade, pela autoridade de redistribuição.⁵⁹

Contudo, não acredita que o modelo proposto por Dworkin seja capaz de assegurar a correção de todas as desigualdades. Observa que, embora a igualdade de recursos no início da vida não seja cogitada como viável por Dworkin, não se pode negar que a existência de tal diferença representa um grande obstáculo à posterior equiparação. Em outras palavras, os efeitos da desigualdade inicial dificilmente poderão ser superados.

A teoria tem suas saliências. Ela concebe o bem-estar não como um objetivo, mas como um princípio. Também respeito e preocupação iguais são *devidos* a todo mundo, independente de mérito. Ser um membro de uma comunidade significa ter o direito a tal respeito e preocupação iguais. A seguir, como já foi mencionado, os problemas insolúveis do paradigma de satisfação igual são abrangidos. Entretanto, a teoria também tem grandes defeitos. Embora a igualdade “inicial” de recursos não represente a igualdade *de facto* do começo de vida, a *desigualdade de facto* desse começo coloca uma grande sombra na teoria. Existem desigualdades reais no início da vida que nenhuma redistribuição pode superar. Uma vez que a recomendação de Dworkin é insensivelmente dotada, mas sensivelmente ambiciosa, não menciono os dons. Entretanto, a oportunidade para jogar e aceitar riscos também é desigualmente dividida desde o início. Existe uma diferença significativa entre começar o jogo deixando a casa dos pais ou reinvestir a herança dos pais como capital. Além disso, um importante grupo de satisfações não pode ser redistribuído. Esse é o grupo abrangendo tais coisas como prestígio, honra e poder, que resultam no jogo onde nenhuma política de segurança pode ser tomada.⁶⁰

⁵⁹ HELLER, Agnes. *Além da justiça*. pp. 257-258.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 258.

Stephen Guest aponta como um dos traços fundamentais da teoria da igualdade de Dworkin a defesa da inexistência de qualquer conflito entre a igualdade e a liberdade no modelo de igualdade de recursos que propõe. Tratar as pessoas como iguais implica, para Dworkin, permitir que vivam e ajam tão livremente quanto possível, dentro dos limites impostos pelo princípio da segurança e outros já mencionados no capítulo anterior. A liberdade de escolha individual é um elemento essencial para que a distribuição dos recursos possa ser considerada efetivamente igualitária, como já demonstramos. Conseqüentemente, a liberdade não se opõe à igualdade de recursos, mas, antes, é um aspecto ou exigência desta.

Dworkin's political philosophy consists, then, of a carefully worked out conception of the idea that the state must treat people as equals. In brief summary, he says that the metric for distribution must be economic resources, first, because that assumption lies behind any judgement about the comparative worth of human lives and second, because treating people as equals means allowing them to live their lives freely within the resources available to them. Equality is thus an idea inseparable from liberty.⁶¹

Todavia, Christoph Menke, professor de Filosofia da Universidade de Potsdam, Alemanha, critica a teoria de Dworkin no que se refere à possibilidade de se fundamentar a defesa de todos os direitos de liberdade com base em um único ideal de justiça, que, para Dworkin, consiste na igualdade de recursos. Em outras palavras, não acredita que se possam derivar de um único conceito de justiça todos os direitos de liberdade que normalmente prezamos.

Argumenta Menke que é preciso distinguir a liberdade da pessoa e a liberdade do sujeito. A primeira consiste na possibilidade de um indivíduo agir conforme sua consciência e vontade, e não conforme os desígnios de outros indivíduos. Para que se configure, é inadmissível, por exemplo, qualquer forma de escravidão. Já a segunda forma de liberdade, a do sujeito, consiste na possibilidade de um indivíduo agir independentemente de quaisquer determinações por parte da comunidade, da coletividade.

Para Menke, apenas os direitos relacionados à primeira espécie de liberdade podem ser justificados através de um conceito de justiça, mas não os relacionados à segunda espécie, que encontram sua origem em contingências históricas e culturais. Sustenta o autor:

⁶¹ GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. p. 225.

“Revisionist” liberals, for instance, Dworkin, Larmore, Rawls, and Rorty, want – in contrast to traditional liberals – to preserve the neutrality of liberal rights with respect to all the historical and cultural presuppositions contained in values such as autonomy and individuality. In contradistinction to this, I presuppose (...) that specifically liberal rights cannot be grounded solely on the basis of the concept of justice; these rights can only be justified when this concept is taken together with the idea of subjective freedom. This liberal idea of subjective freedom is an interpretation of the idea of a free choice of our own lives, but it does not coincide with it.⁶²

A publicação de *A virtude soberana*, ainda recente, certamente tem muito a contribuir para que a teoria da igualdade de Dworkin venha a ser objeto de debates ainda mais intensos. Diante de tudo o que se expôs, não restam dúvidas de que a riqueza, a originalidade e a complexidade dos argumentos apresentados pelo autor em favor de seu modelo de igualdade de recursos fazem deste um tema muito interessante, a ser discutido, em trabalhos futuros, tanto em seu aspecto teórico quanto prático.

⁶² MENKE, Christoph. *Reflections of Equality*. p. 133.

5. CONCLUSÃO

Não basta defender com ardor a igualdade, seja no campo político, seja no jurídico, como se tal ideal fosse auto-explicativo, dispensando qualquer desenvolvimento ulterior. É preciso, a fim de que a defesa do ideal em questão não seja vazia, explicitar qual a igualdade que se deseja, qual o critério segundo o qual as pessoas devem ser iguais. E, no enfrentamento desse desafio, a contribuição dada por Ronald Dworkin deve ser considerada de suma importância.

Após a análise da minuciosa argumentação apresentada pelo autor em *A virtude soberana*, por certo se torna muito mais difícil a defesa de qualquer concepção de igualdade baseada no bem-estar individual. Ora, como refutar a evidência de que é impossível equiparar as pessoas quanto a sua satisfação, uma vez demonstrado que, em determinados casos, nem a redistribuição infinita permitiria tornar o bem-estar alguns igual ao dos outros?

Analisados os efeitos das diferenças de talentos entre os indivíduos em uma sociedade de mercado, mesmo considerando a hipótese de um leilão inicial igualitário de todos recursos materiais disponíveis, como justificar a defesa da teoria da justiça da linha de largada?

Compreendida a necessidade de que todos os indivíduos possam decidir livremente quais bens adquirirão no referido leilão inicial, a fim de que o resultado deste possa ser considerado verdadeiramente igualitário e seja aprovado pelo teste de cobiça, como insistir na idéia de que existe um conflito irremediável entre a igualdade e a liberdade?

Em que pesem as considerações de outros autores contrárias à teoria de Dworkin e ao modelo de igualdade proposto pelo autor, certo é que seu trabalho, se não esgota o tema, continuará, por muito tempo, sendo referência para todos os que aceitem o desafio de fazer da igualdade mais do que um ideal vazio.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Vicente de Paulo (org.). *Dicionário de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Renovar/Unisinos, 2006.

DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DWORKIN, Ronald. Os Sem Terra vistos de fora. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 1997, Caderno A, p. 2.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

HELLER, Agnes. *Além da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MENKE, Christoph. *Reflections of Equality*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NAGEL, Thomas. *Equality and Partiality*. Oxford: Oxford University Press, 1991.